

ano 22 – n. 87 | janeiro/março – 2022
Belo Horizonte | p. 1-306 | ISSN 1516-3210 | DOI: 10.21056/aec.v22i87
A&C – R. de Dir. Administrativo & Constitucional
www.revistaaec.com

A&C

**Revista de Direito
ADMINISTRATIVO
& CONSTITUCIONAL**

**A&C – ADMINISTRATIVE &
CONSTITUTIONAL LAW REVIEW**

FORUM

Sumário

Contents

Editorial.....	9
La doble instancia en el orden jurisdiccional contencioso-administrativo en España. Primeros pasos hacia la garantía de la doble instancia en materia sancionadora <i>The right to appeal in the Contentious Administrative Courts in Spain. First steps towards guaranteeing the right to appeal in cases of administrative sanction</i>	
Lucía Casado Casado	11
1 Introducción.....	12
2 Aspectos generales de los recursos en el orden jurisdiccional contencioso- administrativo en España.....	15
3 La doble instancia en la Jurisdicción Contencioso-Administrativa en España: las amplias restricciones existentes.....	18
3.1 El punto de partida: el derecho a los recursos como un derecho de configuración legal y la inexistencia de un derecho a la doble instancia en el orden jurisdiccional contencioso-administrativo.....	18
3.2 El recurso de apelación como expresión del sistema de doble instancia en el orden jurisdiccional contencioso-administrativo: aspectos generales	21
3.3 Las limitaciones de la doble instancia en el orden jurisdiccional contencioso- administrativo: restricciones en el acceso al recurso de apelación	22
3.3.1 Restricciones por razón de la procedencia de las resoluciones judiciales.....	22
3.3.2 Restricciones por razón de la cuantía.....	23
3.3.3 Restricciones por razón de la materia	25
3.3.4 Restricciones económicas: costas procesales, depósitos y tasas judiciales.....	27
4 La Sentencia del Tribunal Europeo de Derechos Humanos <i>Saqueti Iglesias c. España</i> : la exigencia de la doble instancia para la revisión de las sanciones administrativas impuestas por infracciones administrativas que no sean de menor gravedad	31
4.1 El derecho a la doble instancia en el Protocolo nº 7 del Convenio Europeo de Derechos Humanos.....	32
4.2 La Sentencia <i>Saqueti Iglesias c. España</i>	34
4.2.1 Los hechos que originan la Sentencia.....	35
4.2.2 Análisis de la Sentencia.....	36
4.2.3 El fallo.....	39
4.2.4 El voto particular del juez Lemmens	40
4.3 La evolución posterior del caso en España.....	41
5 La eventual incidencia de la Sentencia <i>Saqueti Iglesias c. España</i> en el vigente sistema de recursos contencioso-administrativos: la reciente jurisprudencia del Tribunal Supremo español.....	43
5.1 Posibles efectos de la Sentencia <i>Saqueti Iglesias c. España</i> : el posicionamiento de la doctrina.....	44
5.2 La doctrina sentada por el Pleno de la Sala Tercera del Tribunal Supremo español: las Sentencias núm. 1375/2021 y núm. 1376/2021, ambas de 25 de noviembre de 2021 y núm. 1531/2021, de 20 de diciembre de 2021.....	48
5.2.1 Los hechos que originan las Sentencias.....	48
5.2.2 Análisis de las Sentencias	51
5.2.3 La respuesta a la cuestión que reviste interés casacional objetivo para la formación de jurisprudencia	55
5.2.4 El fallo.....	57
5.2.5 El voto particular del magistrado Luis María Díez-Picazo Giménez.....	57
6 Conclusiones.....	59
Referencias	61

The management of local social services in Spain

A gestão de serviços sociais locais na Espanha

Maria Victòria Forns i Fernández	65
1 Introduction	66
2 Types of social services: basic and specialized services	67
2.1 Basic and specialized social services in Spain	67
2.2 Basic and specialized social services in Catalonia.....	68
3 Local social services: competences in the field.....	70
3.1 The Spanish local regime.....	70
3.2 The Catalonia local regime	74
4 Forms of provision of local public social services	77
4.1 Direct provision	77
4.2 Indirect provision.....	78
5 The management of social services for people in Catalonia	81
6 Decree 69/2020, of 14 July: how does the provision of social services impact people?	83
7 Conclusions.....	84
References	85

O “acordo de não persecução cível” no direito brasileiro: primeiras considerações

The “not-to-civilly-prosecute agreement” at the Brazilian Law: first notes

Gustavo Osna	89
1 Introdução	90
2 Aproximações iniciais: a autocomposição e a improbidade administrativa.....	91
2.1 A autocomposição e a heterocomposição: duas vias para o acerto.....	91
2.2 A natureza da improbidade e a autocomposição	94
3 O acordo de não persecução cível e a opacidade legislativa: breves notas.....	98
3.1 As reformas da Lei de Improbidade Administrativa e o tema da autocomposição...	98
3.2 O silêncio normativo e a dubiedade prática: algumas indagações.....	102
4 Considerações finais	104
Referências	105

Perdeu-se em números a participação política. E agora? A implantação da participação política deliberativa pelas bases

Political participation was lost in numbers. What now? The implementation of deliberative political participation by the bases

Carla Luana Silva, Rogério Gesta Leal	107
1 Introdução	108
2 O direito fundamental de participação política no Estado Democrático de Direito...	110
3 A participação política deliberativa cidadã: condições e possibilidades	115
4 Políticas públicas deliberativas de participação social na formatação dos currículos escolares: proposta de um modelo	121
5 Conclusão	128
Referências	130

Judicialização de serviços e políticas públicas de saúde no período pandêmico: medicamentos, tratamentos e *lockdown*

Judicial control of services and public health policies in the pandemic period: medicines, treatments and lockdown

Guilherme Soares, Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro	135
Introdução	136
1 Judicialização de serviços e políticas públicas no Brasil: estado da arte	138

2	Os serviços e políticas públicas de saúde no Brasil e seu controle judicial: análise crítica.....	143
3	Demandas judiciais durante o período pandêmico: medicamentos, tratamentos, isolamento social e <i>lockdown</i>	151
	Conclusão	158
	Referências	159

A politização da administração pública como fator de agravamento da pandemia de COVID-19 no Brasil

The politicization of Public Administration as an aggravating factor in the Covid-19 pandemic in Brazil

	Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza, Ariel Sousa Santos, Altair Oliveira Santos Filho	163
	Introdução	165
1	A administração pública e a tentativa de se construir um modelo de Estado que enfrente os desafios da modernidade	168
2	A politização político-partidária na administração pública: benefícios ou malefícios para a coletividade?	171
3	A politização político-partidária da administração pública e o conseqüente agravamento da pandemia de COVID-19	175
	Considerações finais	179
	Referências	180

O repasse de recursos públicos para as organizações da sociedade civil: a licitação concursal como limite da discricionariedade

The transfer of public resources to Civil Society Organizations: competitive bidding as a limit of discretion

	Eder Marques de Azevedo, Ludmila Aniceto de Souza e França Gomes Pereira	185
	Introdução	186
1	A paraestatalidade e o retrato institucional do terceiro setor.....	187
2	Repasse públicos ao terceiro setor: considerações acerca do procedimento de escolha das OSCs.....	196
3	O concurso licitatório para a seleção de entidades interessadas: uma proposta para além do MROSC	203
	Conclusão	212
	Referências	213

Contratos de eficiência: uma proposta conceitual e análise de experiências no direito comparado

Performance contracts: conceptual framework and experience in comparative law

	Floriano de Azevedo Marques Neto, Hendrick Pinheiro, Tamara Cukiert	217
1	Introdução	218
2	Conceito de contrato de eficiência	219
3	França.....	222
3.1	Contratos de eficiência energética	223
3.2	Experiências em contratos de pesquisa de medicamentos	224
4	Estados Unidos.....	225
4.1	Contratos de eficiência energética	226
4.2	Contratos de eficiência para a prestação de serviços sociais.....	228
5	Comparação com o modelo previsto na Lei nº 14.133/2021.....	229
6	Conclusão	231
	Referências	231

O “Estado acionista” e a possibilidade de alienação da empresa estatal com perda do controle acionário pelo mercado primário da bolsa de valores (IPO)

The “shareholder state” and the possibility of sale the state company with loss of shareholding control by the Initial Public Offering (IPO)

Juliano Heinen	235
Introdução	236
1 O “Estado empresário”	237
2 Abertura de capital e alienação do controle acionário da companhia.....	239
3 Alienação de ações sem perda do controle acionário	240
4 Alienação de ações com perda do controle acionário – desestatização	241
4.1 Existe uma lei específica que disciplina o processo de licitação de alienação de uma empresa estatal?.....	241
4.2 Exposição do desenvolvimento da alienação da empresa e da alienação das ações de uma empresa (IPO)	244
4.3 Limites teórico-dogmáticos da alienação de uma empresa – alienação da propriedade e do capital <i>versus</i> alienação das ações.....	246
4.4 Controle da empresa estatal e propriedade da maioria das ações.....	248
4.5 Perda do controle acionário por outras formas admitidas em legislação e sem se fazer licitação	251
4.6 Alienação da companhia <i>versus</i> alienação das ações da companhia	252
4.7 Regime jurídico específico para as empresas estatais – não aplicabilidade do art. 37, inciso XXI, da CF/88. Incidência dos princípios da especialidade e da unidade da Constituição.....	254
4.8 Dispensa de licitação para venda de ações não se confunde com a sua alienação em bolsa de valores por meio de IPO.....	255
4.9 Análise dos limites objetivos da coisa julgada da ADI nº 5.624-DF	257
Conclusões.....	262
Referências	263

As assimetrias da regulação estatal para a proteção de dados pessoais e a afirmação dos direitos fundamentais de primeira dimensão

The asymmetries in personal data protection state regulation and the affirmation of first dimension fundamental rights

Valter Shuenquener de Araújo, Maria Clara Mendonça Perim, Koryander Figueirêdo Ribeiro	267
Introdução	268
1 Abordagem preliminar sobre as posições diferenciais do Estado em controlador ou regulador de bancos de dados e os modelos de intervenção estatal.....	271
2 Algumas possibilidades de afirmação e colisão de direitos fundamentais na LGPD	276
3 Integridade hermenêutica dos direitos individuais na ponte da regulação entre o setor público e privado – assimetrias regulatórias conforme a definição do interesse público.....	284
Referências	294

DIRETRIZES PARA AUTORES

AUTHOR GUIDELINES	297
Condições para submissão	
<i>Submission Preparation Checklist</i>	303
Declaração de Direito Autoral	
<i>Copyright Notice</i>	303
Política de Privacidade	
<i>Privacy Statement</i>	304
Política de Ética e Diretrizes de Boas Práticas na Publicação	
<i>Publishing Ethics and Publishing Malpractice Statement</i>	304